

# Prioridade é ataque ao déficit

Adriana Lorete

## AJUSTE FISCAL 1999

“Nós fizemos várias simulações com cenários diferentes, dependendo do tipo de decisão que o Supremo Tribunal Federal terá em relação às contribuições previdenciárias dos servidores públicos. Em todos esses cenários, aparece um superávit no governo central, suficiente para atingir a meta de 1999. Se o Supremo confirmasse as alíquotas de contribuição, teríamos um pouco mais de espaço para aumentar os gastos que afetam diretamente a população: educação, saúde, assistência social, entre outros setores. O importante é contrapor o tamanho do déficit do setor público no setor previdenciário (INSS e servidores), que é da ordem de R\$ 50 bilhões este ano e crescente ao longo do tempo, do que poderia ser feito em termos de serviços à população. Há uma percepção pouco adequada do ponto de vista da opinião pública e dos meios de comunicação sobre esta escolha que a sociedade precisa fazer.”

## PREVIDÊNCIA

“As contribuições feitas no setor público não têm correspondência com os benefícios que são auferidos mesmo com as alíquotas de contribuição que estão estabelecidas na lei em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF). Ou seja, para que houvesse alguma sustentação técnica em uma decisão contrária às alíquotas previstas em lei seria necessário que estivessemos cobrando alíquotas muito superiores às que seriam necessárias para financiar os proventos depois de 30 anos de contribuição. Não é o caso. Se o STF não aprovar a cobrança, vamos ver o que pode ser feito. É evidente que o regime do INSS foi superavitário durante anos. O fato é que não se fez a devida provisão para a reversão da situação que nós vivemos hoje.”

## CRESCIMENTO

“A redução da taxa básica de juros já foi muito expressiva e, quero crer, continuará nos próximos meses. Todas as medidas ligadas ao ajuste fiscal dão uma perspectiva de médio prazo para a economia brasileira. O efeito já se expressa em investimentos diretos bastante elevados, acima dos projetados. Isto é importante do ponto de vista do balanço de pagamentos. Significa uma aposta dos investidores que estão olhando não para os próximos meses, mas para os próximos anos da economia brasileira. Há variáveis que estão fora do controle do governo brasileiro e, dada a interligação da economia brasileira com outras economias, isto poderá levar a cenários menos otimistas ou menos favoráveis em termos de crescimento no médio prazo.”

## AJUSTE FISCAL 2000

“No ano que vem, nós temos três eventos relevantes para a questão fiscal: uma taxa de crescimento da economia bem maior do que a deste ano, o que ajuda do ponto de vista das receitas tributárias nos três níveis do governo (União, estados e municípios, além das estatais). O segundo ponto é que há perspectiva de melhora no resultado de estados e municípios, associada aos acordos de reestruturação das dívidas estaduais. O último ponto é a redução dos resultado primário esperado das empresas estatais. O resultado líquido desses três pontos nos permite aumentar um pouco o resultado primário em R\$ 1,5 bilhão aproximadamente em relação a este ano. Para 2000, o governo federal deverá obter superávit primário de 2,65% do Produto Interno Bruto; as empresas estatais, 0,10% e os estados e municípios, 0,50%.”

## AUMENTO GASOLINA

“No passado, acumulou-se uma dívida com a Petrobras em função de subsídios concedidos. Esta dívida está sendo liquidada



SÍLVIA MUGNATTO E MARCELO CORDEIRO

BRASÍLIA – O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, disse que se a decisão do Supremo Tribunal Federal for desfavorável ao aumento da contribuição previdenciária dos servidores públicos, o governo continuará buscando uma fórmula que reduza o déficit do sistema de previdência dos servidores, em torno de R\$ 50 bilhões. Se a decisão do Supremo for favorável, o resultado desta arrecadação deverá ser destinado a gastos na área social do governo – saúde, educação, assistência social.

Todas as contas mostram que os resultados fiscais acertados com o Fundo Monetário Internacional (FMI) serão cumpridos mesmo que o Supremo negue os aumentos de contribuições. No ano que vem, o governo federal terá que fazer um esforço fiscal

menor do que o deste ano: 2,3% do Produto Interno Bruto em 1999 contra 2,65% em 2000. As empresas estatais também farão menos: 0,4% contra 0,1%. Os estados e municípios, que vão receber mais recursos por causa do fim do Fundo de Estabilidade Fiscal e já renegociaram suas dívidas mobiliárias com o governo, terão que aumentar seu esforço de 0,4% para 0,5% do PIB.

Em entrevista ao **JORNAL DO BRASIL**, Bier revelou ainda que o governo está preocupado com a tendência de alta dos preços do petróleo no mercado internacional. Este ano, o governo elevou os preços internos da gasolina em 49%. E explicou que os cortes de despesas com pessoal, que estão por vir, são necessários. “É ruim uma pessoa perder o emprego do ponto de vista pessoal. Do ponto de vista da sociedade, representa a possibilidade do governo se tornar mais produtivo”.

com os recursos dos aumentos de combustíveis. Este ano, a meta é recuperar cerca de R\$ 5 bilhões. O preço internacional do barril é que me preocupa, porque houve uma mudança de perspectiva na tendência de preço. Antes, ela era de queda e agora é de continuidade da elevação. É um fato que atinge não só a economia brasileira, mas as outras. Já a alta recente do dólar faz parte do horizonte do câmbio flutuante.”

## PRECATÓRIOS

“O Banco do Brasil comprou esses títulos quando a presunção era a de que os títulos eram absolutamente líquidos e corretos. Comprou por motivo próprio, achou que os *spreads* eram bons, que era bom negócio carregar os papéis. A discussão dos precatórios foi muito posterior à aquisição dos títulos pelo banco (1995). O Banco do Estado de São Paulo (Banespa) – detentor original dos títulos – sofreu intervenção federal no fim de 1994.”

## AUTOMÓVEIS

“O acordo automotivo (que reduziu alíquotas de IPI desde janeiro) é emergencial, termina agora em agosto e não há perspectiva de renovação. Ele foi feito em um ambiente muito carregado do ponto de vista da discussão sobre a retomada do crescimento e do combate ao desemprego. Jamais tivemos, no Ministério da Fazenda, a percepção de que este acordo poderia trazer receitas maiores, ou de que o aumento de vendas compensasse os incentivos fiscais concedidos. Foi uma lógica muito mais ampla que presidiu esta decisão. Com relação ao setor automotivo em uma perspectiva mais geral, há uma disputa grande entre os países sobre quais serão os supridores mundiais deste mercado. O Brasil certamente será um desses distribuidores, além de ter um mercado grande que crescerá com o aumento da demanda por bens de alto valor agregado.”

## FORD/BAHIA

“O argumento da Ford basicamente é o de que produzir na Bahia significa um custo mais elevado do que produzir em outras partes do país, em qualquer estado. Para produzir na Bahia, é necessário ter um diferencial para que a companhia seja competitiva. Também há uma dis-

cussão mais complexa e mais ampla sobre a necessidade de combater os desequilíbrios regionais. Claro que é muito importante que surjam novos pólos industriais no país e isto vai enriquecer o debate político.”

## ESTABILIZAÇÃO FISCAL

“O Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) termina este ano. Ele foi criado como Fundo Social de Emergência em 1994 para desvincular recursos no orçamento. Tínhamos um determinado percentual para a educação e as receitas vinculadas à seguridade social: saúde, previdência, inativos. Naquela época, o INSS era superavitário e a conta de inativos era baixa. Agora, isto se inverteu. Os constrangimentos derivados de vinculações no orçamento geral da União se reduziram muito. Em educação, por exemplo, o governo tem gastos acima do que a vinculação determina. Também não há problema no aumento das transferências para estados e municípios porque elas são intragovernamentais e já estão previstas nas nossas contas.”

## DEMISSÃO

“As medidas que serão adotadas estão associadas a estimativas de redução das despesas com pessoal. São necessárias e devem ser feitas não só no governo federal, mas nos estados e nos municípios. Essas economias oferecem a possibilidade de atender melhor às necessidades do contribuinte, do cidadão. É ruim uma pessoa perder o emprego, sair do setor público, do ponto de vista pessoal. Do ponto de vista da sociedade, isto representa uma possibilidade do governo se tornar mais produtivo, para usar uma analogia com o setor privado. Gastando menos em pessoal, é possível gastar mais em saúde, educação, assistência social. É a ditadura do primário (da meta de superávit primário).”

## BALANÇA COMERCIAL

“O mercado financeiro projeta saldos de até US\$ 1 bilhão este ano contra os R\$ 3,7 bilhões projetados pelo governo. Não devemos nos fixar no curto prazo. O saldo não representa muita coisa à luz do restante do balanço de pagamentos. Basta ver e entrada de investimentos diretos. Há uma obsessão com a balança comercial que não se justifica.”